

Ascensão da Burguesia Industrial e a Hegemonia Britânica

LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA

MARCO ANTÔNIO DE MENESES SILVA

RESUMO: Este artigo analisa a ascensão da burguesia industrial no norte da Inglaterra durante a revolução industrial, destacando sua hegemonia política e econômica. Explora como o acúmulo de riqueza e políticas liberais mitigaram conflitos de classe, consolidando um novo bloco histórico. Adotando perspectivas estruturalistas e marxistas, o estudo examina a transformação do Estado britânico e a formação de uma ordem hegemônica doméstica e internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução industrial. Luta de classes. Hegemonia. Burguesia industrial. Estado.



The Rise of the Industrial Bourgeoisie and British Hegemony

LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA

Doutor em Política Científica e Tecnológica (DPCT/Unicamp). Professor Titular da Universidade de Brasília (UnB). Pós doutorado École des Hautes Études en Science Sociales (EHESS) Paris - França. Diretor e pesquisador do Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública (CEAG-UnB). Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Institucionalismo Histórico (GPIH).
E-mail: lgoliveira@unb.br

MARCO ANTÔNIO DE MENESES SILVA

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (CEAM - UnB).
E-mail: marcodemeneses@gmail.com

ABSTRACT: This article analyses the rise of the industrial bourgeoisie in the north of England during the industrial revolution, highlighting its political and economic hegemony. It explores how the accumulation of wealth and liberal policies mitigated class conflicts, consolidating a new historical bloc. Adopting structuralist and Marxist perspectives, the study examines the transformation of the British state and the formation of a domestic and international hegemonic order.

KEYWORDS: Industrial revolution. Class struggle. Hegemony. Industrial bourgeoisie. State.

DATA DE ENVIO: 24/03/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 22/04/2025

1 Introdução

Este artigo investiga as condições históricas e políticas que possibilitaram a ascensão da burguesia industrial no norte da Inglaterra, entre a primeira e a segunda revolução industrial. O foco recai sobre a transição entre frações dominantes – da aristocracia latifundiária à burguesia industrial – e o modo como essa transição produziu uma nova configuração hegemônica no Estado britânico e na ordem internacional. Partindo de uma perspectiva crítica, busca-se compreender como a articulação entre estruturas econômicas, ideias e instituições permitiu a consolidação de um bloco histórico liberal, conforme os termos gramscianos. A análise é fundamentada em abordagens teórico-metodológicas que rejeitam explicações deterministas e universais, optando por uma leitura histórico-concreta da transformação do Estado.

Em suma, por meio de um conceito ampliado de Estado, isto é, a combinação de sociedade política com a sociedade civil, busca-se compreender transformações na prática da política resultante das céleres transformações advindas da expansão industrial no norte inglês se reverteram na agência política da burguesia em ascensão. A pergunta-guia, logo, é como a burguesia industrial do norte mitiga eventuais conflitos com a elite agrária aristocrática na constituição de um bloco histórico que resulta na projeção hegemônica britânica?

O produto dessas interações é a formação de uma hegemonia, a partir desse novo bloco histórico, em termos Gramscianos. Um consenso emerge onde conflitos e antagonismos entre distintas frações de classes – burguesa e aristocrática – poderiam indicar outros caminhos, particularmente quando consideradas as perdas que outras classes subalternas vivenciaram. Essa nova configuração de classes, da projeção do poder econômico que se converte em última análise em poder político, repercute na arquitetura política doméstica, bem como na atuação política britânica em suas relações internacionais.

O artigo investiga como a ascensão da burguesia industrial do norte da Inglaterra, entre 1760 e 1850, mitigou conflitos com a elite agrária aristocrática para formar um bloco histórico que resultou na projeção hegemônica britânica. O estudo delimita-se

geograficamente às regiões industriais de Lancashire e Yorkshire, em contraste com o centro político de Londres, analisando o período desde o surgimento das manufaturas mecanizadas até a consolidação da burguesia industrial no Parlamento britânico.

O conceito de bloco histórico ocupa um lugar de destaque na teoria de fundo. É por meio do bloco histórico que Gramsci tenta entrelaçar o político (intersubjetivo) e o econômico (material), combinando os domínios superestrutural e estrutural. A relação entre as duas esferas complexas é dialética e orgânica. O bloco histórico está intimamente ligado à hegemonia, no sentido de que é por meio da interação entre ambos os domínios que o primeiro opera. As premissas sobre as quais o bloco histórico deve ser compreendido requerem uma relação dialética e orgânica entre estrutura e superestrutura. Com o conceito de bloco histórico, Gramsci tentou reconciliar ideias, política e economia. Em outras palavras, “o conjunto complexo, contraditório e discordante das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (apud Cox; Sinclair, 1995, p. 366). Há também um elemento de especificidade espacial e temporal presente: um bloco histórico é uma determinada situação histórica.

No caso britânico, no contexto histórico objeto da análise, as transformações estruturais são retratadas pela emergência da classe manufatureira concentrada no norte da Inglaterra, Lancashire e Yorkshire. Nessa predominam as indústrias têxteis e metalúrgicas. Abaixo, Véliz (2014) oferece uma cronologia dos processos que pontuam a consolidação de um novo bloco histórico, com a participação crescente dessas frações burguesas. As transformações estruturais súbitas e substanciais, com o surgimento de novas relações de produção, serão convertidas em mudanças nas dimensões estruturais. Esse é o foco do trabalho.

Adota-se aqui uma abordagem qualitativa, crítica e histórica, sustentada por um enquadramento teórico-metodológico baseado no estruturalismo histórico desenvolvido por Robert Cox. Tal abordagem permite analisar, de modo integrado, as transformações econômicas, políticas e sociais que possibilitaram a ascensão da burguesia industrial britânica como força hegemônica, tanto em nível doméstico quanto internacional.

O estruturalismo histórico de Cox não se limita a uma teoria substantiva das relações internacionais; trata-se de uma perspectiva teórico-metodológica que integra dimensões materiais, ideacionais e institucionais em três níveis de análise: as formas de Estado, as forças sociais e as ordens mundiais. Esses níveis não são hierárquicos e devem ser analisados em suas articulações históricas concretas. A análise, nesse sentido, é historicizada, genealógica e crítica, rejeitando os pressupostos universalistas e positivistas que dissociam a teoria da história.

Complementarmente, o artigo se apoia no institucionalismo histórico, especialmente nos conceitos de dependência de trajetória, pontos de inflexão e estabilidade/mudança institucional, a fim de compreender como os interesses da burguesia industrial foram progressivamente incorporados às instituições políticas britânicas.

A triangulação teórica se realiza com base em três autores: Cox, Poulantzas (com sua teoria da autonomia relativa do Estado) e Jessop (com a abordagem estratégico-relacional), cujas contribuições são ontologicamente compatíveis e metodologicamente complementares. A seleção e análise das fontes se baseia em critérios de relevância teórica, abrangência temporal e coerência com os objetivos do estudo.

A metodologia empregada baseia-se na análise de fontes secundárias, essencialmente focadas na dimensão da luta de classes, da consolidação de um bloco histórico com uma burguesia industrial dominante, e na hegemonia britânica no plano internacional. A técnica analítica principal é a Análise de Conteúdo Temático, que consiste na codificação de temas recorrentes como “hegemonia” e “autonomia do Estado” em textos históricos e teóricos, mapeando a definição de conceitos-chave entre diferentes autores. Além disso, será utilizada a triangulação teórica, aplicando múltiplas lentes – gramsciana (hegemonia burguesa), institucionalista histórica (dependência de trajetória) e marxista estrutural (luta de classes) – para analisar a constituição do bloco histórico centrado na burguesia industrial e a projeção internacional hegemônica britânica.

Por fim, a análise é calcada seguindo perspectivas do institucionalismo histórico. Tais abordagens primam por considerarem

relevantes elementos analíticos tais como a dependência de trajetória, pontos de virada, mudanças e estabilidade institucionais, além do poder e conflitos distributivos. Para a problemática em voga, a da acomodação das aspirações da burguesia industrial em sua chegada a Westminster no período aludido, a incorporação dos elementos citados sugere ser oportuna, a priori.

A revolução técnica, principal força motriz que dinamiza a primeira revolução industrial, fora encabeçada por uma burguesia manufatureira concentrada em atividades têxteis localizadas no norte da Inglaterra. Essa ascende meteoricamente no que tange à acumulação de capital. As circunstâncias da consolidação e expansão do capital forçosamente conduziram a nova fração de classe a preocupações com instituições, estruturas e práticas políticas, tanto no âmbito doméstico, como no plano internacional.

Inicia-se o esforço apresentando conceitos e categorias que possibilitam tratar da problemática proposta. Foram escolhidos Robert Cox, Eric Hobsbawm, Nicos Poulantzas e Bob Jessop por trazem contribuições de se ocupam da problematização em distintas, ainda que convergentes dimensões, desde que um rigor teórico maior não seja obstáculo.

Em seguida, examinam-se o trabalho de autores que elucidam as condições originárias e de surgimento da revolução industrial britânica, a saber, Friedrich List, Eric Hobsbawm e Cláudio Véliz. Cada um, em seu turno, colabora para a compreensão dos impactos da industrialização sob a ótica da formação, fortalecimento e enfraquecimento de classes, e sua disputa por poder político.

A análise central do artigo se segue, em um esforço de empregar os conceitos dos teóricos à problemática, momento em que uma convergência analítica se consolida.

2 Estruturalismo histórico, classes e Estado

O estruturalismo histórico de Cox (1981) fornece notáveis insu-
mos no esforço de compreender processos hegemônicos, com ênfase nas interfaces entre transformações sociais e econômicas domésticas, seus impactos nas formas de Estado, e desses com as ordens mundiais históricas. Tais ordens seriam estruturas

históricas compostas por três categorias de forças: capacidades materiais, idéias e instituições. As capacidades materiais dizem respeito à esfera econômica da estrutura social. Como tal, incluem o potencial tecnológico e organizacional; portanto, indicam não somente como sociedades se reproduzem em sua base material, mas também a maneira como essa reprodução é concebida. Cox compreende as estruturas históricas em três níveis: formas de Estado, forças sociais e ordens mundiais. Há implicações consequentes. A interação dos três níveis não enxerga hierarquia determinada a priori a nenhum deles. É preciso verificar em cada contexto como interagem.

Cada nível é o resultado da luta entre estruturas rivais. O nível inicial, das formas de Estado, abrange os complexos Estado/sociedade¹. Chama-se atenção para as formas e estruturas de Estado que sociedades específicas desenvolvem. A historicidade da forma de qualquer Estado é uma derivação da configuração particular das capacidades materiais, ideias e instituições, que é específica de um complexo Estado/sociedade.

A organização da produção, em especial das forças sociais participantes, constitui o segundo nível. À medida que evolui a produção, observam-se transformações expressas na gênese, no fortalecimento ou no declínio de forças sociais específicas. O termo relações sociais de produção enfoca a atenção mais especificamente no padrão ou configuração de grupos sociais envolvidos no processo, e o termo relações de poder de produção enfoca a natureza dominante-subordinada desse padrão de relações sociais, ainda que os termos sejam analiticamente assemelhados (Cox, 1981).

Por fim, o terceiro nível é representado pelas ordens mundiais. Estas seriam a constituição precisa de forças que, em sequência, determinam a maneira como os Estados interagem. Para Cox (1981), cada contexto histórico produzirá uma configuração específica das forças sociais, dos Estados, e da inter-relação entre eles que repercutirá como uma ordem mundial particular.

¹ O conceito de complexo Estado/sociedade parece guardar relação com o de Estado ampliado de Gramsci. Na essência, seria a mescla entre sociedade política e sociedade civil, histórica e especialmente contingentes.

Há uma noção subjacente de uma autonomia do Estado, em oposição ao objetivo direto da captura de grupos sociais dominantes, sejam eles burguesia doméstica ou transnacional. O que parece estar faltando é um relato de como a hegemonia é exercida, como o bloco histórico é articulado uma vez que o capital transnacional foi introduzido. Isso terá consequências na forma do estado e como ele se comporta em relação ao debate sobre seu recuo, retirada ou diminuição. Por outro lado, também surgiu que não há incompatibilidades fundamentais entre corporações transnacionais e estados.

Cox parte da configuração particular de forças sociais que inevitavelmente apoiam uma certa forma de Estado, os limites para seus propósitos e o tipo de ação. Tais restrições em suas ações são condicionadas pela maneira como a ordem mundial é projetada sobre o Estado. No caso em tela, parte da transição que representou a conversão do acúmulo de riqueza sem precedentes resultantes da industrialização se reverteu em ajustes na projeção do poder estrutural do capital industrial para o centro político de Westminster, bem como para além das fronteiras britânicas. A atuação política da classe garantiu a consolidação da hegemonia mundial britânica. A sociedade política britânica, particularmente seu aparato militar, avançou consideravelmente interesses da burguesia industrial doméstica (Cox, 1987).

Em um contexto histórico manifestamente distinto do que inspira este esforço, a França em meados do século XX, no trabalho de Poulantzas, encontra-se um refinamento analítico-conceitual com vistas a elucidar conflitos de interesse entre frações de classes burguesas, bem como a repercussão para o Estado. A essência da teoria do Estado de Poulantzas sustenta que esse pode ser independente dos interesses particulares das empresas e ainda agir como um agente ideal para o interesse coletivo do capital. Para fundamentar essa posição, Poulantzas vive diferentes fases no desenvolvimento de sua obra. Inicialmente, ele coloca grande ênfase no estruturalismo radical, para depois atribuir maior preponderância à luta de classes (apud Hay, 2006, p. 71-72). Em Poulantzas, uma abordagem estruturalista, como o termo sugere, é centrada na estrutura ou no Estado. Simplificando, expressa uma

visão da relação entre o aparato do Estado e a classe dominante – o primeiro age no interesse coletivo de longo prazo da segunda.

O Estado para Poulantzas é essencial para a reprodução do capitalismo por ser um fator de coesão na luta pelo poder entre classes e frações de classe. Surge como portador de uma autonomia relativa, e tem estrutura, forma e função específicas. O Estado é visto como um sistema estrutural com forma e função determinadas em grande parte independentemente das aspirações, motivações e intenções dos atores políticos ou membros da classe dominante. A tarefa de assegurar a reprodução do capitalismo não pode ser assumida pelo capital: ela só pode ser realizada pelo Estado que age contra os objetivos das empresas individuais. Para preservar o capitalismo, ou a variedade que Poulantzas encontrou, o Estado precisa ser independente da influência dos capitalistas – esta é a teoria da autonomia relativa do Estado (1973).

Por fim, e de influência de Poulantzas, Jessop convida uma reconceitualização do Estado. Ele enfatiza que o aparato e as práticas do Estado são materialmente interdependentes com outras ordens institucionais e práticas sociais. O Estado é socialmente integrado. Os processos políticos e a capacidade do Estado são formados e transformados por divisões da sociedade e são estrategicamente seletivos. Nesse sentido, as estratégias são contingentes daquelas que as precederam. As estruturas do Estado têm um impacto sobre as forças políticas para perseguir interesses e estratégias particulares sobre as capacidades do Estado. A natureza e o impacto do poder do Estado (capacidades e responsabilidades) dependem de relações estruturais historicamente e espacialmente contingentes entre o sistema político e a sociedade civil – os vínculos entre o Estado e o ambiente social mais amplo (Jessop, 2008).

O cerne da contribuição de Jessop ao Estado que aqui empregada está relacionado à sua noção de que a forma específica do Estado em um determinado cenário nacional e em um momento particular no tempo incorpora uma ‘cristalização de estratégias passadas’. Estas concedem privilégios a certas estratégias e atores sobre outros. O Estado e as instituições que o compõem são estrategicamente seletivos. As estruturas e o *modus operandi* do Estado “são mais abertos a alguns tipos de estratégia política do

que outros" (Jessop, 2002, p. 260). A relação dialética se torna uma entre estruturas e estratégias.

O Estado apresenta um campo de jogo desigual cujos contornos complexos favorecem certas estratégias (e, portanto, certos atores) sobre outras (Hay, 2006, p. 75).

A noção de uma cristalização de estratégias passadas se sobrepõe à de dependência de caminho para institucionalistas históricos. As estratégias empregadas no passado têm um efeito substancial sobre as possibilidades encontradas no presente.

Uma ressalva é devida. As contribuições teórico-conceituais apresentadas aqui, de Poulantzas, de Jessop, e em menor escala, de Cox, surgem de reflexões e tentativas de compreender realidades distintas em termos de variedades do capitalismo distinta daquela foco deste artigo. Entende-se logo que os contornos gerais que dão sentido ao capitalismo sofrem variações significativas em diferentes contextos históricos, espaciais, e essencialmente institucionais. A essa observação pondera-se que a produção dos autores escolhidos se revela sensível a essa particularidades, em direção contrária a uma teorização abrangente e monolítica na sua conceituação do capitalismo e na caracterização das relação entre classes e frações de classe. Pelo contrário, em linha com a discussão mais hodierna das variantes do capitalismo, é precisamente na perspectiva da consciência das matizes das especificidades locais e temporais que deve-se orientar a compreensão.

De resto, e no caso de Cox, as nuances que a atenção à dimensão institucional revelam em circunstâncias contextuais distintas são parte fulcral na sua macro-teorização (Cox, 1987).

Isto posto, a preocupação seguinte passa a ser retratar em que condições a revolução industrial surge na Inglaterra? Busca-se compreender em que setores e atividades econômicas, além da localização em que ocorrem. Interessa para o esforço analítico os seus impactos deste acentuado crescimento econômico. De forma mais singular, quais os seus impactos? Ademais, foco deve ser dado à formação da burguesia industrial e sua atuação, particularmente quando essa se torna política em sentido estrito.

3 Revolução Industrial e a emergência da burguesia no norte da Inglaterra

Essa seção se organiza da seguinte forma. Inicia-se com a contribuição de Frierich List (1909) para esclarecer os fatores que levam ao pioneirismo inglês na revolução industrial. Em seguida, apresenta a forma como Hobsbawm (2010) compreende a transição para uma economia industrial, com foco nas especificidades inglesas quanto aos setores e atividades econômica pré-industriais, suas interações com o comércio, e, por fim, as rupturas que ocorrem com o surgimento e fortalecimentos de novas classes, e o vis-a-vis o enfraquecimento de outras. Em seguida, examina-se o trabalho de Véliz (2014) com o intuito de localizar a burguesia industrial ascendente histórica, especial e economicamente, bem como sua opção pela atuação política formal.

As origens para compreender fatores que levam a revolução industrial a ocorrer inicialmente na Inglaterra podem ser encontradas em List (1909). Esse aponta para um dos possíveis pontos de origem para o conjunto de transformações que serão reconhecidas como a revolução industrial. A dinâmica do crescimento econômico inglês é bastante alicerçado na expansão comercial do setor têxtil de lã, agora nas mãos de mercadores domésticos. Ainda em tempos elizabetanos, a farta produção de ovinos combinada com proteção da Coroa concederam à aristocracia fundiária privilégios não outorgados a seus competidores internacionais, e resultaram em uma prosperidade elevada, mesmo anterior ao desenvolvimento de manufaturas de linho, algodão, seda e ferro. Já na dinastia dos Stuart, a Inglaterra prevaleceu sobre a concorrência do norte da Europa, estimulando outros setores como da mineração de carvão, da pesca, da construção naval, por meio da consolidação da sua supremacia naval. A rigor, não havia setor significativo negligenciado desde o século XVI, com vários sendo estrategicamente desenvolvidos com a incorporação do conhecimento técnico de especialistas externos (List, 1909).

Em seguida, List chama atenção para o impacto que as Leis de Navegação tiveram em sedimentar condições para o impulso da economia britânica: o aumento do comércio com o norte da Europa, exportando manufaturas e importando matérias

primas; a ampliação imensa do contrabando com Espanha e Portugal e as colônias nas Américas desses; a ampliação da indústria da pesca em sua competição com holandeses; a conquista da colônia da Jamaica com sua participação no comércio do açúcar; o Tratado de Methuen firmado com Portugal, e por meio do qual Inglaterra se apropria de ouro e prata que Portugal expropria das suas colônias (LIST, 1909).

A questão para List seria a estratégia inglesa de conquistar a supremacia naval em oposição à pretensão de expandir sua presença e domínios coloniais. Sua política ampliou seu poderio naval, que por sua vez alargou o escopo de suas políticas manufatureira e comercial, o que contribui para sua expansão colonial posterior (List, 1909). Espirais de expansão de crescimento na produção, combinado com a ampliação da riqueza, populacional, e do poderio político foram também ativados também por políticas de transporte ferroviário e fluvial. Outras transformações foram observadas nas instituições políticas com participação da nobreza na administração do Estado e na subjugação à lei.

Em suma, para List, a atuação política da nobreza não compromete as condições que ativarão a revolução industrial inglesa. Passa-se a buscar uma maior clareza com o termo. Hobsbawm (2010) foca na revolução industrial inglesa, combinada com a revolução francesa, como movimentos que serão fundamentais na construção da ordem econômica e política dos séculos subsequentes. Para tal, aponta para transformações importantes que marcaram a transição, a partir da década de 1780. Uma das expressivas é demográfica, no sentido em que a população deixará de ser predominante rural, com o aumento da participação da população urbana, ainda que não concentrada em grandes centros urbanos, senão em cidades médias. Em seguida, avalia a situação fundiária. No caso inglês, e na maioria dos países da Europa Ocidental, a ordem feudal ainda era muito viva, embora economicamente cada vez mais obsoleta. A obsolescência não alterava a vinculação fundamental entre a propriedade de terras e o status de classe dominante. Quanto ao campesinato, houve uma alteração gradual de seu status. A propriedade de terra deixou de ser uma unidade de empreendimento econômico e se tornou

um sistema de cobrança de aluguéis e outras receitas monetárias. Surgiram diversas categorias de camponeses com diversos direitos e deveres, isto é, a emergência do proletariado agrário substituindo pequenos proprietários e arrendatários de médio porte.

Do ponto de vista da técnica, a acentuada expansão demográfica, de crescente urbanização, comércio e manufatura, estimulou a melhoria agrícola e de fato exigiu isso. O mundo da agricultura era lento, exceto talvez por seu setor capitalista. A do comércio, das manufaturas e das atividades tecnológicas que as acompanhavam floresceram, e as classes que delas se beneficiavam, idem (Hobsbawm, 2010).

Para Hobsbawm (2010), parte expressiva da expansão industrial do século XVIII não levou, imediatamente à revolução industrial, ou seja, à criação de um “sistema fabril” mecanizado que, por sua vez, produzia em quantidades tão vastas e a um custo tão rapidamente decrescente que não dependia mais da demanda existente, mas criasse seu próprio mercado. A Grã-Bretanha possuía uma indústria admiravelmente adequada para o pioneirismo da revolução industrial sob condições capitalistas, e uma conjuntura econômica que lhe permitia: a indústria do algodão e a expansão colonial.

Suas consequências mais graves foram sociais: a transição para a nova economia criou a miséria e o descontentamento, materiais da revolução social. E, de fato, estourou uma revolução social na forma de levantes espontâneos dos pobres urbanos e industriais. O descontentamento também não se limitava aos trabalhadores pobres. Pequenos e inadaptáveis empresários, pequeno-burgueses, setores especiais da economia, também foram vítimas da Revolução Industrial e de suas ramificações.

Tais rupturas não são objeto deste esforço. A ação política da burguesia industrial em ascensão e sua consequente capacidade de frustrar políticas que possam minar seus interesses de classe, entretanto, são de grande interesse. Antes, contudo, urge compreender outras particularidades da burguesia industrial.

Como destacam Bieler e Morton (2018), a elite industrial não apenas dominou o Estado, mas projetou seus interesses para uma escala global, criando instituições como o padrão-ouro que

asseguraram sua hegemonia. Os autores sugerem que o Estado britânico não foi um mero “comitê da burguesia” (Marx), mas um arena de disputas onde a burguesia industrial, por um lado cooprou elites tradicionais como a aristocracia fundiária através de reformas graduais, mas também reprimiu resistências enquanto promovia narrativas de “progresso”.

Quanto à dimensão da projeção hegemônica britânica, Bieler e Morton observam que a classe manufatureira soube transformar crises em oportunidades. Citam os exemplos das guerras napoleônicas (1803–1815) que resultaram na consolidação da supremacia naval britânica e abriram mercados. O outro exemplo é o da crise do algodão (1861–1865, durante a Guerra Civil dos EUA), momento que acelerou a busca por novas colônias, como foi o caso da Índia (Bieler; Morton, 2018).

Em sua análise sobre a industrialização britânica, Véliz (2014) a enxerga marcada por desafios atenuados da periferia ao poder central em Westminster. As enormes transformações sociais e econômicas já aludidas estão arraigadas em condições específicas. Ele aponta para a acumulação de capital industrial como produto marginal do estilo de vida, não de estímulo externo. As inovações tecnológicas simples e relativamente baratas de artesãos de poucos recursos seriam a regra, assim como o auto-financiamento. Por conseguinte, a burguesia industrial era ligada aos avanços tecnológicos, e distante do centro tradicional de poder, notadamente nas regiões do centro e norte ingleses. Essa classe ascendente aparentava baixa inclinação à participação política inicialmente, sem proteção, incentivos estatais. A política central fomentava indústrias têxteis e metalúrgicas, logo superadas pela proliferação imensa de manufaturas na periferia inglesa.

Outrossim, Véliz vislumbra três fases distintas neste processo. No primeiro, o poder econômico adquirido ao longo do tempo por meio do trabalho árduo, inovação tecnológica, expansão, resulta na geração de um novo padrão cultural. A nova burguesia industrial resta exitosa em exigir poder político junto ao parlamento britânico seria o traço da segunda fase. Por fim, a terceira surge da criação dos seus próprios valores culturais e instituições, impostos à nação, e ao globo, devido à hegemonia britânica (VÉLIZ, 2014).

Desafios em potencial à ordem política surgem do entendimento que representação deveria observar a proporção na distribuição de riqueza e de demografia. Expansão vertiginosa da força de trabalho industrial, agrupada próximo aos novos centros industriais urbanos representou um elemento empregado pela burguesia na busca por representação. Ela foi exitosa em gestar nova cultura, específica, em oposição à da aristocracia tradicional latifundiária. Esse conflito em potencial se apresenta enquanto divergências e convergências com elites tradicionais em Westminster, por parte da burguesia ascendente (Véliz, 2014).

Em suma, para Véliz, (2014) o poder efetivo da preponderância econômica da burguesia industrial, está atrelada à sua capacidade de gestão política, da representatividade, ou organização das classes trabalhadoras industriais, esvaziando a autoridade central, ou limitando essa. Para além, um dos resultados iniciais da indústria moderna inglesa foi a dispersão relativa de poder, a partir das bases pré-industriais, em direção à periferia industrial. Porém, era a burguesia que inicialmente não buscava influenciar assuntos públicos. Importa apontar que a revolução industrial britânica nasce da periferia, e não da ação do Estado, e está associada à formação de dois novos agrupamentos sociais, em desafio à autoridade política pré-industrial.

Como alerta Stedman Jones (2016), a classe manufatureira britânica jamais foi um sujeito histórico unificado. Suas frações – têxteis, metalúrgicos, financistas – disputavam projetos políticos antagônicos, enquanto o Estado mediava esses conflitos, muitas vezes contrariando expectativas marxistas de uma ‘ditadura do burguês’. O autor desmonta a noção – presente em parte da historiografia marxista – de que a burguesia industrial britânica do século XIX era uma classe coesa e homogênea, com interesses unificados e um projeto político claro. Sua crítica se baseia em três eixos principais. O primeiro, por não representar um bloco monolítico, mas uma constelação de frações em disputa, como aquela entre setores têxteis e de metalurgia. O segundo eixo é relevante para as aspirações deste texto, pois Stedman Jones aponta para a falta de uma consciência de classe revolucionária em razão de alianças contingentes entre industriais e a aristocracia em matéria de ordem social. Por fim, no último eixo, Stedman Jones critica

a visão de que o Estado era um mero instrumento da burguesia industrial. Aponta para a autonomia estatal, tendo em vista que o Parlamento e a Coroa muitas vezes resistiam a demandas industriais, e para a mediação de conflitos, nas ocasiões em que o Estado atuava como árbitro entre frações burguesas (industriais vs. financeiros) e entre classes. O último eixo se consolida em torno da noção de um Estado como mero instrumento da burguesia industrial. Para tal, o autor observa que tanto o parlamento como a coroa resistiram a diversas demandas industriais, assim como atuavam para mediar conflitos entre classes.

Dessa feita, é hora de reafirmar a problemática central. Como é que a burguesia industrial do norte da Inglaterra conseguiu mitigar a luta pelo poder econômico, político e social, uma vez que se tornou politicamente ativa nos domínios das instituições governamentais britânicas?

4 Análise

A resposta de Hobsbawm para a problemática central, a capacidade de a nova burguesia industrial projetar seus interesses no complexo Estado-sociedade britânico ao longo da segunda revolução industrial, pode ser expressa da seguinte maneira: o poder estrutural do capital. Ainda que o autor se ocupa das rupturas e consequências sociais das dinâmicas trazidas pela revolução industrial, o grande volume de riqueza gerado pelo crescimento capitalista primordial predispõe e enviesa as políticas governamentais em uma série de questões. Por exemplo, Hobsbawm alude ao subsídio (não empréstimos) do poder militar dos aliados nas guerras napoleônicas, contingente à preponderância dos interesses econômicos e comerciais britânicos após a derrota de Napoleão. Essa é uma faceta da consolidação hegemônica mundial britânica.

Por outro lado, com Cox, a agência política da elite industrial britânica do final do século XVIII a meados do século XIX foi marcada por sua crescente influência nas políticas estatais, que serviam a seus interesses econômicos. Isso foi alcançado notavelmente por meio da transformação do Estado e do estabelecimento de uma ordem liberal que favorecia a expansão capitalista. Observa-se uma convergência analítica com Hobsbawm.

Oriundo de uma perspectiva de substancial inspiração Gramsciana, Cox também conceitua o Estado como uma combinação complexa de instituições políticas e sociais. Em outras palavras, a sociedade política está inserida em uma rede muito mais ampla de relações sociais que têm um efeito inequívoco sobre o Estado propriamente dito. Superando o conceito de Estado como uma arena de luta de classes, Cox argumenta que a sociedade política não deve ser vista apenas como um instrumento da classe dominante. Em seu lugar, é uma arena onde ocorrem as lutas de classes. Durante a estabilidade relativa, o Estado incorpora princípios gerais que regulam a produção, o que às vezes pode restringir os interesses imediatos de qualquer classe específica (Cox, 1987).

No que tange ao atrito com a aristocracia latifundiária, a transição do Estado para um dominado pela burguesia industrial envolveu alguma fricção com os interesses da aristocracia latifundiária. A classe aristocrática, que tradicionalmente detinha o poder, teve que se adaptar à crescente influência da burguesia. No entanto, Cox observa que a aristocracia, na Grã-Bretanha, reconheceu a importância da manufatura e do comércio para o poder global da Grã-Bretanha e cada vez mais governou em favor da expansão econômica da burguesia como um todo.

O estabelecimento do Estado liberal e da ordem mundial foram contemporâneos ao estabelecimento da hegemonia burguesa industrial na Grã-Bretanha e da hegemonia britânica na economia mundial. A capacidade da Grã-Bretanha de intervir e gerir a disputa por poder na Europa foi crucial na consolidação dessa nova forma de Estado. A Ordem liberal e hegemonia britânica mundiais refletem a busca pela defesa dos interesses da burguesia industrial em particular, tanto no plano doméstico como no internacional.

As políticas do complexo Estado-sociedade britânico desempenharam um papel crucial na promoção da expansão da burguesia. Isso ficou evidente em várias formas, desde intervenção formal e controle político até arranjos informais que permitiram a aplicação de regras por governos locais (Cox, 1987). As ações estratégicas da Grã-Bretanha, como promover a independência dos estados sul-americanos, garantir tratados comerciais favoráveis, assim como os esforços para se resguardar do surgimento de um novo concorrente europeu no Congresso de Viena ilustram esse apoio.

Em resumo, a análise de Cox indica que a burguesia industrial na Grã-Bretanha aumentou com sucesso sua agência política para influenciar as políticas estatais, o que facilitou seus interesses econômicos. Essa transição envolveu superar o atrito com a aristocracia tradicional proprietária de terras e estabelecer uma ordem liberal que apoiasse a expansão capitalista. Se, para Cox (1987), a hegemonia burguesa se consolidou através de instituições liberais, Stedman Jones (2016) lembra que essa construção foi marcada por fissuras: industriais de Manchester rejeitavam alianças com operários, enquanto elites de Londres cooptavam parte da burguesia para manter o status quo aristocrático.

Os membros da antiga classe dos proprietários de terra eram os beneficiários da acumulação de capital. A instituição da transmissão de herança consentida ao primogênito relegava à irrelevância social parte significativa dos membros da aristocracia. Para Hobsbawm são elementos importantes que compartilham interesses com a burguesia ascendente, contribuindo para atenuar eventuais pontos de divergências.

Com um referencial teórico estruturalista histórico de inspiração gramsciana, Cox enfoca duas dimensões em que a hegemonia – liberal – é exercida: a doméstica e a internacional.

Para entender essa afirmação, é necessário voltar ao enquadramento conceitual de forças sociais, Estados e ordens mundiais. Por hegemonia doméstica, entende-se que o equilíbrio de poder entre a nova configuração de classes sociais trazida pela revolução industrial só pode ser alcançado a partir da produção de um relativo consenso consolidado em um bloco histórico. Tendo em vista que o produto dessa interação se revelou uma liderança exercida pela burguesia industrial, capaz de alinhar classes subalternas em torno de seu projeto político (consentimento), e na ausência de conflitos mais substanciais com a aristocracia em declínio, o resultado esperado seria uma sociedade civil conformando uma sociedade política agindo em prol de seus interesses. Isso não significa afirmar que não houvesse pontos de discórdia e potencial para processos de sublevação da ordem, como demonstrado por Hobsbawm. Busca compreender as condições do surgimento de uma hegemonia liberal doméstica.

Contudo, a riqueza da análise de Cox está em sua capacidade de atrelar dinâmicas sociais, econômicas e políticas internas, com o domínio internacional. Nesse sentido, a hegemonia liberal internacional é ao mesmo produto e processo britânico. As dimensões internas da política, a relação entre governo e governados necessariamente fariam parte da gestão das relações interestatais. A adoção de políticas liberais pelo governo britânico, e a coerção empregada sobre outros governos e suas colônias representam ao mesmo turno uma tentativa de moldar a ordem internacional, particularmente a do século XIX depois da derrota da França de Napoleão, às feições dos seus interesses, e uma política externa fundada sobre a configuração da luta de classes como se apresentava na sociedade britânica. Surge uma hegemonia coletiva no sistema internacional europeu, cuidadosamente forjado para acolher pretensões britânicas.

Ao retomar a problemática da acomodação quando há atritos entre frações da classe burguesa, a resposta de Poulantzas, novamente feita a ressalva de que se dirige a problemáticas distintas no tempo e no espaço, encontra pontos de convergência com as perspectivas de Hobsbawm e de Cox. Poulantzas enfatiza a relativa autonomia do Estado. As divergências e conflitos intra-classes ou frações de classe seriam atenuados pela relativa autonomia do Estado. No longo prazo, o Estado capitalista tenderá a mitigar os conflitos e a melhorar as condições de reprodução da economia capitalista. O Estado assume a posição da defesa coletiva ou agregada dos interesses capitalistas, ainda que na problemática em tela, reconheça-se que a classe latifundiária aristocrática inglesa não seja categorizada como capitalista com um rigor conceitual maior. O que justifica a introspecção de Poulantzas é a caracterização do conflito como intra-elite. Ainda que as preocupações analíticas de Poulantzas se dirijam a outro espaço e tempo (França em meados do séc. XX), seu entendimento da relativa autonomia aparenta ser aplicável à problemática deste artigo.

Jessop, como visto, aprofunda e alarga o enfoque sobre a interações entre classes. Ao chamar atenção para uma visão de Estado em parte material, composto de estruturas e instituições tangíveis, mas também para aspectos imateriais e discursivos do

poder, revela o Estado como produto de interações, logo permeado pelos discursos e pela capacidade de classes de formular e disseminá-los. No caso em tela, a leitura de Jessop se adequa. A burguesia industrial ascendente não restringe sua ação à ocupação formal e institucional de espaços dentro da sociedade política. Ela o faz buscando aglutinar classes - curiosamente as subalternas na nova ordem - em torno de novas instituições culturais, aspecto trazido pelo Véliz. Novamente, sua capacidade e responsabilidade ao fazê-lo surge de relações estruturais historicamente e espacialmente contingentes entre o sistema político e a sociedade civil - sua ascendência em razão da surpreendente produção e acúmulo de riqueza.

Jessop incorpora essa autonomia relativa em sua abordagem estratégico-relacional para o Estado. Ela enfatiza que o aparato e as práticas do Estado são materialmente interdependentes com outras ordens institucionais e práticas sociais. O Estado é socialmente incorporado. Os processos políticos e a capacidade do Estado são formados e transformados por divisões da sociedade e são estrategicamente seletivos. O Estado tem recursos e poderes distintos, assim como responsabilidades e vulnerabilidades. As estruturas têm impacto sobre as forças políticas para perseguir interesses e estratégias particulares sobre as capacidades do Estado. A natureza e o impacto do poder do Estado (capacidades e responsabilidades) dependem das relações estruturais entre o esse e o sistema político - os elos entre o Estado e o ambiente social mais amplo. Portanto, o Estado é concebido como um local estratégico atravessado por lutas de classe e como um "conjunto institucional específico com múltiplas fronteiras, nenhuma fixidez institucional e nenhuma unidade formal ou substantiva pré-dada". O Estado é um sistema dinâmico e em constante desenvolvimento.

Ainda que partam de perspectivas distintas, Jessop e Gareth Jones encontram similitudes em suas abordagens ao conceituar o Estado no período aludido. Entre os pontos de convergência fundamentais, encontra-se a rejeição à homogeneidade da burguesia. Stedman Jones destaca que a burguesia industrial era fragmentada e sem um projeto político unificado, ao passo que Jessop argumenta que o Estado é um campo de disputa entre

frações burguesas (industriais, financeiras, comerciais), cada uma com estratégias distintas. Ambos também vêem o Estado como um espaço de negociação, não como um reflexo direto dos interesses burgueses, rejeitando, portanto, a concepção de ser um instrumento de classes, em favor de uma arena de conflitos. Por fim, tanto Jessop quanto Gareth Jones enfatizam que o capitalismo e o Estado são produtos de conflitos abertos, não de regularidades históricas pré-determinadas. Neste ponto, enquanto Gareth Jones aponta para o emprego de táticas distintas, desde a aproximação com a aristocracia tradicional, à repressão de movimentos operário, Jessop salienta a diversidade de estratégias da burguesia industrial, entre a coerção, cooptação, ou reformas parciais, na esperança de evitar aspirações revolucionárias.

A análise de Stedman Jones (2016) sobre a fragmentação da burguesia é complementada por Jessop (2008), que demonstra como o Estado britânico, longe de ser um ‘comitê de classe’, foi um campo estratégico onde industriais do norte e elites agrárias disputaram projetos antagônicos – como evidenciado na tensão entre protecionismo (Corn Laws) e livre-câmbio (Reforma de 1832).

Para além, edificam-se as condições para examinar brevemente a relação dialética entre a ascensão da burguesia e a resistência da classe trabalhadora. Resta evidente que a mitigação de eventuais disputas entre as frações de classe burguesa – industrial e latifundiária – britânica não aborda diretamente o conflito de classe de forma mais abrangente. Isso no contexto da expansão acentuada dos centros urbanos, da explosão demográfica e do êxodo rural em direção a empregos industriais, todas transformações em curso. A organização proletária para que se tornasse ativa politicamente atuante será observada nas décadas subsequentes, a ponto de produzir reformas significativas em prol da classe operária, como visto em Hobsbawm (2010).

A partir do descontentamento crescente, movimentos de resistência da classe trabalhadora foram observados. O movimento ludita (1811-1816), que destruiu máquinas como forma de protesto contra a exploração do trabalho, bem como o cartismo (1838-1850), que exigia direitos políticos para a classe trabalhadora, são emblemáticos do êxito relativo obtido pela classe operária.

O surgimento de partidos políticos atrelados e representantes do movimento operário converte o proletariado organizado em força política. Essa dinâmica de luta política, econômica e social, contudo, em grande medida, se apresenta como uma nova fase no desenvolvimento capitalista hegemônico britânico, ainda que incapaz de produzir vantagens incrementais na luta de classes. Mesmo com a relativa autonomia do Estado, a sua função se mantém enquanto geradora das condições de reprodução do capitalismo (Hobsbawm, 2010).

5 Considerações finais

A análise desenvolvida demonstra que a ascensão da burguesia industrial britânica não se limitou à esfera econômica, mas configurou um novo bloco histórico capaz de moldar o Estado e projetar uma hegemonia liberal no sistema internacional do século XIX. A partir da articulação entre estruturas produtivas, ideias políticas e instituições estatais, a burguesia consolidou uma nova ordem que atendeu aos seus interesses e redefiniu os parâmetros da governança britânica e europeia. A hipótese central foi que o extraordinário acúmulo de riqueza gerado pela segunda revolução industrial, aliado à adoção de políticas liberais no plano doméstico e internacional pelo governo britânico, permitiu que a burguesia industrial exercesse uma liderança hegemônica, tanto no âmbito interno quanto no cenário global.

O pioneirismo inglês em setores como o têxtil e a metalurgia trouxe impactos no Estado, à medida que o bloco histórico sofreu transformações. Esse enfoque permitiu esclarecer as condições em que as mudanças estruturais resultantes da industrialização, combinada com a emergência da fração burguesa manufatureira, tornam viável a opção estratégica posterior pela agência política. A burguesia industrial, inicialmente concentrada em regiões periféricas do norte da Inglaterra, ascendeu rapidamente, impulsionada por inovações tecnológicas e pela acumulação de capital. Embora geograficamente distante do centro político em Westminster, essa nova fração de classe buscou representação e influência no parlamento *in loco*, consolidando-se como uma força política capaz

de moldar as instituições britânicas em favor de seus interesses, ou, por outra perspectiva, disputa estrategicamente a sociedade política.

A análise teórica, baseada nas contribuições de autores como Robert Cox, Eric Hobsbawm, Nicos Poulantzas e Bob Jessop, permitiu compreender como o poder estrutural do capital, aliado à capacidade de articulação política da burguesia industrial, foi fundamental para a formação de um novo bloco histórico. Esse bloco, caracterizado por um consenso relativo entre as frações de classe dominantes, estabilizou a ordem política britânica, mesmo em um contexto de profundas transformações sociais e econômicas. A hegemonia burguesa, portanto, não se limitou ao âmbito doméstico, mas se projetou internacionalmente, com a Grã-Bretanha assumindo um papel central na configuração da ordem mundial liberal do século XIX.

No entanto, é importante reconhecer as limitações deste estudo. A análise concentrou-se principalmente no caso britânico, o que pode dificultar a generalização dos achados para outros contextos históricos ou geográficos. Além disso, a dependência de fontes secundárias e a aplicação de teorias desenvolvidas em contextos distintos (como a França do século XX) podem introduzir vieses na interpretação dos processos históricos britânicos. Futuras pesquisas poderiam explorar casos comparativos em outros países, investigando como diferentes burguesias industriais lidaram com desafios semelhantes em suas respectivas trajetórias de industrialização e consolidação política.

Outro aspecto que merece destaque é o impacto social da industrialização, que, embora não tenha sido o foco central deste artigo, teve consequências profundas para a classe trabalhadora. A exploração do trabalho, o êxodo rural e a formação de centros urbanos industriais geraram tensões sociais que, em alguns momentos, se manifestaram em movimentos de resistência, como o ludismo e o cartismo. Apesar disso, a relativa autonomia do Estado e sua função de garantir a reprodução do capitalismo permitiram que a burguesia industrial mantivesse sua hegemonia, mesmo diante de desafios internos.

Em suma, este artigo demonstra que a ascensão da burguesia industrial britânica foi um processo complexo, marcado pela interação entre transformações econômicas, políticas e sociais. O poder estrutural do capital, aliado à capacidade de articulação política e à formação de um consenso hegemônico, foi fundamental para a consolidação da hegemonia burguesa no século XIX. Esse processo não apenas moldou a trajetória da Grã-Bretanha, mas também influenciou a configuração da ordem mundial, estabelecendo as bases para o desenvolvimento do capitalismo global centrado na Grã-Bretanha, e em seguida na Europa Ocidental.

Por fim, este estudo abre caminho para investigações futuras que possam explorar, de forma mais aprofundada, as dinâmicas de classe, as transformações institucionais e os impactos sociais da industrialização, ou do desenvolvimento em sentido mais amplo, em diferentes contextos históricos e espaciais. A compreensão desses processos continua a manter-se relevante para a análise das relações entre economia, política e sociedade.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D; ROBINSON, J. **Porque as nações fracassam**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2012 (instituições e consolidação institucional); cap. 4.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. (dinâmica capitalista); cap 2 e 3.

BHAMBRA, Gurinder K. **Colonialism and Modern Social Theory**. Polity, 2021.

BIELER, Andreas; MORTON, Adam David. **Global Capitalism, Global War, Global Crisis**. Cambridge University Press, 2018.

COX, Robert W. **Production, power and world order: social forces in the making of history**. New York: Columbia University Press, 1987.

COX, Robert W. "Social forces, states and world order: beyond international relations theory"(1981). In COX, Robert W. & SINCLAIR, Timothy. **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HAY, Colin. (What's Marxist about) Marxist State theory? In HAY, Colin; LISTER, Michael; MARSH, David. **The state: theories and issues**. Basingstoke: Palgrave-MacMillan, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Age of revolution: 1789-1848**. Hachette UK, 2010.

LANDES, D. **The unbound Prometheus: technological and industrial development in Western Europe from 1750 to the present**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969 (industrialização); cap. 1 e 2.

MENESES-SILVA, Marco Antonio de. "The limitations of the Transnationalised State thesis in neo-Gramscian IR: the grounds for a Strategic-Relational Approach." **Universitas: Relações Internacionais** 8, no. 1, 2010.

LIST, Friedrich. **The national system of political economy**. London: Longmans Green, 1909 (industrialização induzida).

MIEVILLE, China. **A Spectre, Haunting: On the Communist Manifesto**. Haymarket Books, 2022.

MILANOVIC, Branko. **Capitalism, Alone: The Future of the System That Rules the World**. Harvard University Press, 2019.

PANITCH, Leo. Globalization and the state. In: PANITCH, Leo et. al. **The globalization decade: a critical reader**. [S.l.]: Aakar books, 2006.

PANITCH, Leo. "Rethinking the role of the state". In: MITTELMAN, James H. (Ed.). **Globalization: critical reflections**. London: L. Rienner, 1997.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap 3 e 4.

POULANTZAS, Nicos. **Political Power and social classes**. Translated by Timothy O'Hagan. London: NLB, S&W, 1973.

STEDMAN JONES, Gareth. **Karl Marx: Greatness and Illusion**. Harvard University Press, 2016.

VÉLIZ, Claudio. **The centralist tradition of Latin America**. Vol. 509. Princeton University Press, 2014. Cap. 11.

VAN DER LINDEN, Marcel. **Workers of the World: Essays Toward a Global Labor History**. Brill, 2021.